

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LAÍS CHILATZ SOARES

**MULHERES AGRICULTORAS, GÊNERO E MEIO RURAL:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Porto Alegre

2018

LAÍS CHILATZ SOARES

**MULHERES AGRICULTORAS, GÊNERO E MEIO RURAL:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, do curso de Graduação em Ciências Sociais (Departamento de Ciência Política) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof^ª. Dra. Jussara Reis Prá.

Porto Alegre

2018

LAÍS CHILATZ SOARES

**MULHERES AGRICULTORAS, GÊNERO E MEIO RURAL:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, do curso de Graduação em Ciências Sociais (Departamento de Ciência Política) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof^ª. Dra. Jussara Reis Prá.

Aprovada em: 19 de Dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^a Jussara Reis Prá
Orientadora UFRGS

Prof^º Dr^º Mauro Meirelles
UNISINOS

Prof^º Dr^º Davide Carbonai
UFRGS

Ma. Marina Grandi Giongo
Doutoranda PPGPOL/UFRGS

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Estes momentos de conclusão, ditos especiais e únicos, costumam ser reservados a agradecimentos. Durante a escrita desta lauda, pensei e repensei como e a quem agradecer, eis que surge o questionamento: agradei antes deste trabalho? Ou melhor, fui realmente grata à todas as experiências que me moldaram como mulher e cientista social até aqui? São questionamentos importantes.

Gostaria de agradecer pelas experiências boas e, especialmente, pelas ruins que me permitiram crescer e florescer como mulher feminista. Sem estas não teria trilhado o caminho que trilhei.

Aos meus pais, Elizia e Danilo, pelo suporte, pelas broncas e por ficarem me perguntando o que faz um cientista social, agora sei explicar. Às minhas avós, Celina (que já partiu) e Laci, pelas palavras de sabedoria espontânea.

À minha orientadora, Dra. Jussara Reis Prá, não só pelos ensinamentos, mas por todo o suporte e carinho. Agradeço por ter aberto as portas da sua casa para me receber durante este período da minha caminhada acadêmica.

Agradeço a um anjo que tornou esse projeto possível. Não terei palavras suficientes para agradecer.

Agradeço a todos que fizeram parte do meu cotidiano até aqui: familiares, amigos e amores. Obrigado por acreditarem, duvidarem e inspirarem. Todas experiências somaram.

Enfim, não como agradecimento mas como dedicatória, à todas as mulheres que lutam. A todas as mulheres agricultoras em busca de dias melhores. *¡Arriba las que luchan!*

RESUMO

Este trabalho trata da temática das mulheres camponesas agricultoras da perspectiva dos estudos feministas, utilizando a categoria de gênero como aporte à análise. O estudo é qualitativo, do tipo exploratório e de natureza bibliográfica. Com base em produções acadêmicas a intenção foi construir uma reflexão inicial sobre a temática proposta, visando compreender como as mulheres trabalhadoras rurais estão posicionadas entre as esferas pública e privada. A ideia defendida é a de que as mulheres do meio rural são protagonistas de um processo de empoderamento, oriundo de uma construção individual e coletiva, cuja expressividade tem gerado repercussão social e política. Os resultados do estudo indicam que as mulheres agricultoras empoderaram-se, principalmente em termos individuais, mas, também, do ponto de vista organizacional.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras; Gênero; Meio rural; Feminismos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 ANTECEDENTES TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	8
1.1 FAMÍLIA, PROPRIEDADE PRIVADA, MONOGAMIA E PATRIARCADO.....	8
2. REVENDO OS CONCEITOS DE GÊNERO E EMPODERAMENTO	12
2.1 BREVE REVISÃO DO ESTADO DA ARTE (2004-2018).....	17
3 EMPODERAMENTO DE GÊNERO NO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	22
3.1 ORIGENS: MARGARIDA ALVES E ROSELI NUNES	24
3.2 AGRICULTORA E CIDADÃ: O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.	26
3.1 LUTA PELA TERRA: DESAFIOS DO SÉCULO XXI	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Esta escrita começou a ser pensada a partir de um acontecimento recente na história do Brasil, o processo que levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Eleita em 2010 e reeleita em 2014, a presidenta foi destituída do cargo - o mais alto já ocupado por uma mulher no Brasil -, em 2016. O processo de *impeachment*, visto por muitos analistas como um golpe de Estado, veio seguido de incerteza política. Desde esse evento, uma série de medidas políticas sinalizaram para a possibilidade de retrocessos no tocante aos direitos das denominadas minorias sociais. Situação a impactar, especialmente, os direitos das mulheres agricultoras e, por decorrência, o avanço da reforma agrária no Brasil. Associado a isso, como mostra a literatura pertinente, o espaço rural no país está marcado, historicamente, pela subordinação das mulheres ante a opressão masculina

Tendo isso em vista, este trabalho trata da temática das mulheres camponesas agricultoras da perspectiva dos estudos feministas, utilizando a categoria de gênero para a análise. Para tal, optou-se pela realização de um estudo qualitativo, do tipo exploratório e de natureza bibliográfica. Com base em produções acadêmicas a ideia foi construir uma reflexão inicial sobre a temática proposta, visando compreender como as mulheres trabalhadoras rurais estão posicionadas entre as esferas pública e privada? O objetivo geral do estudo é investigar e analisar o processo de empoderamento das mulheres agricultoras. Especificamente, tenciona-se identificar como vem se dando o empoderamento dessas mulheres nos espaços domésticos e públicos. Interessa, também, examinar como as relações de gênero têm impactado a luta pela igualdade entre os sexos nos espaços rurais diante dos avanços e dos limites dessa luta.

Para a realização do estudo, adotou-se dois tipos de encaminhamento. No primeiro, buscou-se a literatura sobre as origens das questões relacionadas à discriminação das mulheres, tendo como foco o elo entre a questão da propriedade privada e o advento de uma sociedade do tipo patriarcal, que se configura em séculos passados e perdura historicamente. O segundo encaminhamento, envolveu a consulta em bases de dados nacionais nos quais constam dissertações, teses e artigos científicos. A consulta a estas bases ocorreu no mês de setembro de 2018, quando se contemplou os seguintes descritores de busca: “mulheres rurais”, “gênero” e “feminismo”. Nessa seleção foram consideradas as produções referentes ao período de 2002 a 2018, com atenção às relacionadas ao âmbito do trabalho rural, ao empoderamento das mulheres e a sua participação nos movimentos de trabalhadores rurais.

Com base as informações selecionadas, este texto é direcionado, simultaneamente, a mapear e interpretar o debate sobre as mulheres rurais. O material foi organizado e interpretado a partir da técnica de análise bibliográfica, com o intuito de construir uma reflexão inicial sobre o tema. Nessa direção, buscou-se encontrar elementos para compreender como as mulheres trabalhadoras rurais estão posicionadas entre as esferas pública e privada. Para tal, partiu-se do pressuposto de que essas mulheres estão historicamente posicionadas na esfera privada, mas com condições de ocupar a esfera pública na condição de sujeitos políticos.

Tendo isso em vista, considera-se que este estudo se faz pertinente dada a sua intenção de trazer ao debate as dinâmicas de gênero relacionadas à questão agrícola. Aspecto considerado importante para compreender onde estão posicionadas as mulheres nesse espaço. Além disso, justifica-se a realização deste trabalho diante da necessidade de promover maiores investimentos na construção de abordagens analíticas sobre a realidade rural, que levem em conta as questões de gênero desde a perspectiva das teorias feministas. Lacuna esta identificada em diferentes mapeamentos sobre gênero e ruralidade, a exemplo do estudo de Rita Gomes; Conceição Nogueira e Juracy Toneli (2016).

Para expor os resultados do estudo, estruturou-se a presente apresentação em três segmentos, além desta introdução e das considerações finais do trabalho. No primeiro, discorre-se sobre a questão relativa às origens da família e da propriedade privada, com o intuito de situar os fundamentos da família monogâmica e do sistema patriarcal, assim como do seu impacto sobre a realidade das mulheres no campo. O segundo segmento, faz uma breve discussão teórica sobre os conceitos de gênero e de empoderamento, seguido de um exame sucinto das abordagens acadêmicas do tema mulher campesina agricultora, empoderamento e relações de gênero no meio rural. Para tanto, foram selecionados, por ordem cronológica, algumas produções brasileiras, entre dissertações, teses e artigos, pertinentes ao debate realizado neste estudo. O terceiro segmento traz as experiências da luta pelo acesso e a direitos básicos desenvolvida pelo movimento de mulheres rurais. Para tanto, é feita uma breve retrospectiva histórica sobre as conquistas de políticas das trabalhadoras rurais, trazendo elementos para entender como vêm se dando a sua construção como sujeitos políticos. Por esse ângulo, são abordados alguns dos caminhos percorridos pelas mulheres agricultoras nos espaços privado e público, bem como os percalços enfrentados por elas para participar desses espaços, num cenário de sobrecarga de trabalho, de dominação sexista e de indefinição quanto às responsabilidades produtivas e reprodutivas das mulheres e ao futuro das políticas públicas para o setor.

1 ANTECEDENTES TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.1 FAMÍLIA, PROPRIEDADE PRIVADA, MONOGAMIA E PATRIARCADO

O debate sobre as origens da família e as mudanças nas configurações da instituição familiar, foi desenvolvido por Friedrich Engels, na obra seminal: “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, publicada em 1884. Engels escreve a obra com base nas anotações de Karl Marx sobre o trabalho do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan, que estudou o povo iroquês, à época localizado em Nova York (Séc. XIX). Para tanto, apoiou sua análise no método do materialismo-histórico.

Para Engels, as descobertas de Morgan foram essenciais para o seu entendimento do processo de formação da família, ajudando-o a identificar, cronologicamente, o tipo de família de cada período. Por esse ângulo, Engels ajuda a visualizar tal evolução desde a pré-história, dividindo-a em três estágios: o do Estado Selvagem, no qual o homem apropriava-se dos produtos da natureza (caça, pesca e coleta) e construía ferramentas para tal; o período da Barbárie, quando o homem passa a ter domínio sobre a natureza através da agricultura e da pecuária, iniciando a produção e o trabalho humano; e, por fim, o período da Civilização, momento em que o homem aprimorou a produção de produtos naturais com a utilização do ferro e a invenção da escrita alfabética.

Na sequência da abordagem, Engels fala sobre as tribos Iroquesas do estudo de Morgan, discorrendo sobre as formas de matrimônio e os sistemas de parentescos nos estágios anteriores ao da formação da família. Nesse contexto, as relações consanguíneas eram comuns, os matrimônios eram coletivos e a monogamia impensada. Esse período é anterior à invenção do incesto. De acordo com Engels (2001, p. 11): “A evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originalmente abarcava a tribo inteira”. Estas relações, segundo ele, eram sexualmente abertas, apesar de seguirem regras. A partir dessa avaliação, o autor confronta a filosofia do século XIX que colocava a mulher como subjugada desde o início da humanidade.

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada (ENGELS, 2001, p. 11).

O apreço pelas mulheres, como atesta Engels, sinaliza para o funcionamento de uma organização do tipo matriarcal. Não obstante, a liberdade e a consideração para com as mulheres não resistiriam ao estabelecimento da sociedade patriarcal. A queda do direito materno pôs fim ao “matriarcado” e imprimiu “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 2001, p. 15). Para tanto, seguiu um processo de controle da sexualidade feminina em diferentes estágios de evolução da família até chegar ao da Família Monogâmica.

Quanto aos estágios de desenvolvimento da organização familiar, cada um deles corresponde a um modelo de família. No Estado Selvagem persiste a Família Consanguínea; no período da Barbárie, a Família Punaluana e, no de Civilização, a Família Sindiásmica. Na configuração consanguínea predomina a liberdade sexual onde cada homem pertence à todas as mulheres e a mulher a todos homens

A Família Punaluana, modelo da fase da Barbárie, excluiu as relações sexuais entre pais e filhos. A proibição dessas relações gerou uma organização familiar mais sólida e o fortalecimento dos clãs (gens). Os gens correspondiam a círculos fechados de parentes, a descendentes da linhagem materna que não podiam casar entre si. Nesse marco, alguns povos passaram a não mais realizar casamentos entre irmãos e irmãs, ou entre familiares de primeiro e segundo grau. O estreitamento desses círculos alterou a genética, que se tornaria mais forte do ponto de vista físico e mental entre os membros destes povos. Conforme a família ia se configurando em direção ao modelo atual, ela dava margem a um processo longo de exclusão progressiva dos enlaces consanguíneos. Como esclarece Engels:

Se o primeiro progresso na organização da família consistiu em excluir os pais e filhos das relações sexuais recíprocas, o segundo foi a exclusão dos irmãos. Esse progresso foi infinitamente mais importante que o primeiro e, também, mais difícil, dada a maior igualdade nas idades dos participantes. Foi ocorrendo pouco a pouco, provavelmente começando pela exclusão dos irmãos uterinos. (ENGELS, 2001, p. 7).

Com isso, as relações de gênero começaram a se modificar. Para tal contribuiu o surgimento da Família Sindiásmica, cujo modelo reflete a união entre grupos distintos, os casamentos por pares. Nesse caso, as uniões são frágeis e podem ser dissolvidas por decisão de cada uma das partes. Para a vida em comum são atribuídas regras diferenciadas para cada sexo. Por meio delas, os homens têm direito à infidelidade, enquanto a fidelidade é imposta às

mulheres, inclusive com castigos cruéis. Outro aspecto destacado por Engels sobre essa configuração familiar é a de que esse tipo de família pôs fim à estrutura econômica doméstica comunista e deu forma à divisão sexual do trabalho. Na família sindiásmica a mulher já não era mais a chefe da família, e a ela foi imposta a esfera privada do lar.

A situação das mulheres é diferente dos outros grupos oprimidos: elas são a metade da humanidade [...] à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas à casa: estas duas posições compõem sua opressão (MITCHELL apud MORAES, 2000, p. 2).

Nesse marco, a Família Sindiásmica vai originar o instituto da monogamia. A Família Monogâmica corresponde ao estágio da Civilização. A passagem para a monogamia, válida apenas para as mulheres, garantiu o fim do direito materno, iniciando-se, assim, a sociedade patriarcal. É quando o homem se torna proprietário da terra, dos meios de produção e das mulheres. E não apenas isso, a monogamia foi uma forma de proteger o patrimônio masculino, garantindo a transmissão da herança diretamente da linhagem paterna. Segundo Engels, surge aí a primeira forma de antagonismos de classes, o antagonismo sexual:

[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2001, p. 18).

Por conta disso, o autor assinala que a opressão das liberdades das mulheres, especialmente, a repressão à sua sexualidade é uma das consequências da monogamia. Acrescenta a isso que enquanto as razões econômicas levaram os homens à acumulação de riquezas através da propriedade privada, para as mulheres, uma das heranças desse estágio é a prostituição e o crime de adultério. No tocante à propriedade e às riquezas, esclarece que o desenvolvimento destas, atrelado à escravidão, expressa o máximo da repressão dos homens sobre as mulheres. Tendo isso em vista, ele adverte que o fim da propriedade privada só aconteceria a partir da libertação social e sexual das mulheres.

Nos capítulos seguintes Engels aborda a formação do Estado, através da organização das gens, retratando processos originados entre romanos, gregos, germanos e celtas. Gens, como antes mencionado, pertinentes a grupos de descendência comum (consanguíneos). Sem detalhar as explicações do autor sobre cada um desses povos, cabe enfatizar aqui o caso dos gregos, haja vista que além da influência da sua organização social na formação do Estado moderno, eles contribuíram sobremaneira para a instauração do patriarcado. Nesse plano, a

sociedade grega retrata o modelo da Família Monogâmica, cuja tipicidade reside em cobrar das mulheres a fidelidade conjugal, facultando aos homens o direito de ter mais de uma mulher ao mesmo tempo.

A eliminação do direito materno e a passagem da união Sindiásmica à monogâmica, associadas à introdução do direito paterno e ao advento da família nuclear, resultaram em um modelo de sociedade e de organização familiar no qual os homens concentraram o domínio e o poder sobre a propriedade e sobre as mulheres. A Família Monogâmica, a sociedade liberal burguesa e o Estado que lhes deu origem moldaram as relações sociais, projetando-as para o futuro. Nesse sentido, a civilização atingiu o estágio da propriedade privada, da acumulação de riquezas, da família monogâmica e, em decorrência, da divisão sexual do trabalho e do patriarcado.

A configuração patriarcal estabeleceu mudanças em relação à herança. Agora o sistema monogâmico estabelece o predomínio essencialmente masculino, sendo a mulher propriedade do marido, bem como os filhos e as terras, que passavam de pai para filho, excluindo as filhas desse processo. Tal sistema tornava impossível o acesso da mulher à propriedade:

Os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais e institucionais. São inter-relacionados e têm como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidade e feminilidade e na divisão do trabalho “adequada” entre as esferas pública e privada e dentro destas (DEERE, LEÓN, 2002, p. 30).

A nova forma de organização baseava-se na paternidade indiscutível dos filhos, que entram na linha de herança dos pais. Assim o matrimônio monogâmico passou a ter maior estabilidade, pois não podia ser rompido tão facilmente, a menos que fosse vontade masculina. Com visto antes, ao homem era permitida a infidelidade, e a mulher, quando infiel, era severamente punida, negando-se a ela essa possibilidade.

Os filhos ilegítimos com escravas entravam na partilha dos bens, recebiam uma pequena parte da herança e eram homens livres. Da mulher legítima exigia-se que tolerasse todas as situações de adultério. Fica evidente que o surgimento da monogamia não tem nenhuma ligação com sentimentos, e sim com condições econômicas e de dominação social. A família monogâmica estabeleceu a propriedade privada, plantou a semente do acúmulo de riquezas que perduraria até hoje. Acúmulo este fundamentado no domínio do gênero

masculino sobre o feminino, ou seja, amparado na supremacia masculina, e mais tarde, na subjugação do proletariado pelos donos dos meios de produção; e da agricultura familiar pelos grandes latifúndios.

A instituição da monogamia foi gradual e, além de trazer os elementos necessários para formatar o que seria denominado de divisão sexual do trabalho (ENGELS, 2001), deu margem ao início de uma configuração social que perdura até hoje, a sociedade patriarcal. Nesse marco, o poder de dominação masculina se estabelece em muitas direções: envolve a violência de gênero, o controle dos homens sobre o trabalho das mulheres e a sexualidade feminina, além de dificultar para as mulheres a possibilidade da obtenção de recursos econômicos e de ter acesso à terra.

2. REVENDO OS CONCEITOS DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

As questões de gênero são referências importantes para avaliar como se estabelecem as relações entre masculino e feminino em diferentes âmbitos da sociedade. No tocante à realidade das trabalhadoras rurais, essas questões aparecem imbricadas tanto em relação às necessidades das mulheres como no que compete aos interesses destas. Joan Scott (1995) ajuda a entender essa questão quando esclarece que a sua

[...] definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 16).

Nos termos dessa definição, o gênero, como categoria de análise relacional, permite compreender como ocorrem as relações sociais e as disparidades que as permeiam. Sendo assim, o conceito se mostra adequado para apreender a dinâmica das relações de gênero a que estão submetidas as mulheres agricultoras aqui estudadas (SIQUEIRA, 2014). Com efeito, a subordinação feminina não deve ser atrelada a causas biológicas, considerando apenas o sexo de nascimento. As relações de poder ocorrem a partir das relações de gênero, sendo essas de origem social, ou seja, o aspecto biológico isolado não é determinante nesse caso.

A dinâmica social das diferenças entre os sexos resulta da construção e da manutenção do poder de um sobre o outro. A dominação ocorre no âmbito cultural,

econômico e político. Ademais, se expressa na política institucional, que regula e legitima a prática da distinção. Logo, a categoria de gênero pode ser utilizada para entender as dinâmicas sociais como processos contínuos e construções culturais, que podem implicar em modificação constante. Enquanto interpretações baseadas nos aspectos essencialmente sexuais as relações de gênero são interpretadas de forma limitada pela polaridade masculino/feminino e encontram-se em processos fixos de mudanças. Dessa perspectiva, o gênero pode ser entendido como uma “interpretação cultural dos sexos” (BUTLER, 2003, p. 26).

As relações de poder determinadas pela categoria de gênero auxiliam na interpretação do conceito de empoderamento, e de como este se desenvolve. O termo abarca conotações distintas de acordo com a perspectiva adotada, por isso interessa defini-lo aqui desde um olhar feminista, embora nesse meio também haja divergências sobre o significado do termo. Sem seguir nessa polêmica, cabe notar que neste estudo, a noção de empoderamento é associada à ideia de promoção de direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais). Esse caminho remete automaticamente à questão do poder e a um processo a ser desencadeado, individual e coletivamente.

Em relação ao poder, este pode ser entendido não como uma instituição, mas como um fenômeno que varia de acordo com o contexto no qual está inserido: “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1979, p. 10). Assim, estando o poder presente em diferentes esferas e práticas sociais, o ato de empoderar-se requer uma reflexão sobre as relações de poder e sobre a forma como elas são construídas. O empoderamento também está relacionado às relações sociais e ao poder coletivo; à definição de pautas dos movimentos sociais e, também, ao âmbito particular. Poder e empoderamento estão diretamente ligados às relações pessoais e políticas e é pertinente entendê-los como tal.

O empoderamento, por sua vez, envolve um processo de tomada de consciência por parte de pessoas antes desprovidas de autonomia e que se tornam capazes de definir suas próprias agendas (LEÓN, 1997). Ainda assim, esse processo “precisa ser desencadeado por fatores ou forças externas, podendo ser uma pessoa, um grupo, um projeto ou uma instituição, de forma que, com este apoio, as mulheres possam reconhecer as estruturas que as oprimem e desenvolver uma consciência crítica” (SIQUEIRA, 2014, p. 40).

No caso das mulheres agricultoras familiares, o desafio maior é desnaturalizar e quebrar a dominação masculina. Nesta difícil caminhada, o primeiro passo deve ser o despertar da consciência em relação à discriminação de gênero, à existência da desigualdade entre homens e mulheres. O importante é, ao reconhecer a existência desta desigualdade no seu cotidiano, ficar incomodada e indignada com esta situação e querer mudá-la na sua vida e na das outras mulheres (SIQUEIRA, 2014, p. 40-41).

Em relação às mulheres, vêm da esfera particular os elementos para analisar as relações patriarcais no espaço doméstico. Espaço aonde existe a evidente subjugação da mulher pelo homem, quando este exerce sua “autoridade natural”. Como advoga Bobbio: “É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos” (BOBBIO, 2000, p. 933). Nessa dimensão, a questão do poder, em sua conexão com a realidade das mulheres rurais, traz à tona “o peso da cultura machista, sexista e patriarcal” (SIQUEIRA, 2014, p.24). Daí a ideia de dominação e poder, cujo contraponto aparece com a noção de empoderamento.

No debate sobre empoderamento, Magdalena León é uma das referências em estudos e pesquisas sobre a temática. Aqui são citadas duas das produções da autora: o artigo “Empoderamiento: Relaciones de las Mujeres con el Poder” (1997), e o livro “Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina” (2002). Este publicado em parceria com Carmen Diana Deere.

O primeiro artigo citado apresenta resultados de pesquisas sobre empoderamento feminino, indispensáveis para entender a dinâmica de opressão/subordinação das mulheres, especialmente a que afeta as agricultoras. Nesse tom, não há como entender a subordinação feminina sem considerar a dominação e as relações de gênero. Do mesmo modo, evocar essa realidade com a intenção de transformá-la exige que se tenha a noção precisa do significado de empoderamento. León expõe as apropriações do conceito, as definições e as discussões sobre o termo, a partir do olhar de diferentes autoras feministas.

Basicamente, a autora busca passar no texto a ideia de que o empoderamento refere-se à capacidade das mulheres de transformarem a própria vida, de definirem suas agendas e, simultaneamente, de gerarem um processo de transformação social. Nesses termos, o empoderamento faz parte da descoberta das mulheres como seres políticos, move as suas lutas por ocupação dos espaços democráticos e estimula a sua união através de experiências compartilhadas, formando organizações.

O empoderamento tem em sua composição outro termo, o “poder”, que pode ser interpretado como fonte de opressão das mulheres (exercido pelo homem) e de sua libertação, quando elas adquirem poder de decisão e capacidade para fazer suas próprias escolhas. León diferencia quatro tipos de poder: *poder sobre*, *poder para*, *poder com* e *poder de dentro*. A respeito do *poder sobre* baseia-se na noção comum do termo, quando o aumento do poder de um significa a diminuição no poder do outro. Quanto aos outros três tipos, *poder para*, *poder com* e *poder de dentro*, eles podem ser conjugados, pois quando aumenta o poder de um, aumenta o poder de todos, são processos aditivos. Para León, o termo é muito pertinente aos estudos feministas e, apesar das divergências entre autoras, existe concordância de que o empoderamento é uma forma de libertação da dominação masculina.

Na segunda obra mencionada, “Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina”. Deere e León constroem toda a sua narrativa com base nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ter acesso à terra e para atuarem no meio rural. O livro traz um estudo comparativo entre doze países da América Latina, além das experiências de países de outras regiões. De maneira rigorosa e exaustiva as autoras avaliam a questão das desigualdades de gênero no contexto rural e demonstram, entre outros problemas, que a dificuldade de as mulheres terem acesso à propriedade da terra na América Latina, tem sua origem na família, na comunidade, no Estado e nas relações de mercado.

No tocante à essa dificuldade, as autoras salientam a influência das questões de gênero para a manutenção de privilégios masculinos a partir de políticas elaboradas e executadas para os homens e que enunciam o domínio destes no meio rural. No caso das mulheres, estas tendem a adquirir terras por herança, parentesco ou casamento. Porém, dizem elas, ainda existem leis que dificultam a garantia dessa aquisição. E mais, mesmo quando a terra pertence à mulher, no momento do seu casamento o homem passa a exercer domínio sobre esse espaço, pois a lei garante que ele o faça.

Outro aspecto enfatizado pelas autoras é o da precariedade dos dados censitários sobre o meio rural. A sua crítica a respeito é a de que tais levantamentos são precários e poucos detalhados. Neste caso, elas mencionam a ausência de perguntas que possam possibilitar o entendimento das diferenças de gênero como, por exemplo, não é investigado quem é o proprietário da terra, pois já se supõe que o homem é “o chefe da família”. Logo, não fica margem para pensar que a família possa ser chefiada por uma mulher ou que o registro legal da propriedade possa estar em nome dela. Assim, ponderam que a falta de

questionamentos dessa natureza dificulta o estudo das temáticas de gênero no meio rural e, também, sobre o acesso da mulher à terra. Deere e León (2002) abordam a ausência de mudanças na situação de acesso à terra nas pautas da reforma agrária, e esclarecem que nos países onde as reformas ocorreram, as mulheres continuaram excluídas. A equidade no acesso à terra é uma pauta constante dos movimentos feministas, que buscam por espaços no poder público para mudar a abordagem das políticas direcionadas ao meio rural e garantir que a agricultura tenha espaços iguais para ambos os gêneros. E isso não somente no acesso à terra, mas também no mercado dos produtores, que continua majoritariamente dominado por homens.

Trazendo esse debate ao contexto brasileiro, verifica-se que os problemas do acesso das mulheres à terra são semelhantes aos encontrados em outros países da América Latina. Entrementes, o Brasil, ao lado do México e do Chile, foram avaliados na pesquisa de Deere e León (2002, p.343), como os países onde havia “uma forte preferência pelo homem na práticas de herança no que diz respeito à terra”. Avançando no tempo, pode-se argumentar que desde à realização da pesquisa mencionada as mulheres brasileiras tiveram algumas conquistas, entre elas, a possibilidade do registro da terra em conjunto com o cônjuge. Porém, existem barreiras para obter esse tipo de documentação, como no caso dos registros oficiais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que costumam excluir as mulheres, priorizando homens na seleção dos seus beneficiários. Não por acaso, a primeira Marcha das Margaridas (2000), pleiteou essa documentação básica ao lado da reivindicação pelo direito das mulheres à propriedade da terra.

A inclusão do nome da mulher nessa documentação é a garantia para a sua permanência com os filhos na propriedade em caso de divórcio, de morte ou abandono pelo marido ou companheiro. Isso importa porque nesse meio é comum a mulher deixar a terra com os filhos e o marido nela permanecer, pois ao ser atribuído ao homem a condição de chefe de família, o entendimento é que somente ele necessita da terra para o sustento. Nesse sentido, para o movimento de trabalhadoras rurais “a propriedade da terra pesa na capacidade das mulheres influenciarem as decisões econômicas da família” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2006, p. 198). Notadamente, tal conquista reflete a luta das mulheres pela terra, o seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

O trabalho das mulheres no campo não é considerado atividade laborativa e sim “ajuda”. As atividades que contribuem para o sustento familiar como a manutenção das hortas,

o trato dos animais e a obtenção de água e combustível, não são vistas como laborativas, mas como “naturais” e parte dos afazeres domésticos.

A partir desse debate sobre gênero e empoderamento, é trazida ao trabalho uma breve revisão das publicações referentes à temática de mulheres agricultoras, apresentando uma narrativa cronológica sobre alguns aspectos da construção das relações de gênero no campo examinados por trabalhos acadêmicos (teses e dissertações). Para tal foram consultadas publicações referentes à temática para construir uma breve apreciação sobre estes trabalhos.

2.1 BREVE REVISÃO DO ESTADO DA ARTE (2004-2018)

Para elaborar a revisão proposta foram observados três procedimentos, a saber: 1º) levantamento de dados no banco de teses da CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no qual constam referências bibliográficas, resumos de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, disponíveis de 2002 a 2017; 2º) levantamentos em páginas eletrônicas de bibliotecas universitárias, especialmente no BDTD (Banco Digital de Teses e Dissertações); 3º) consulta à lista de referências bibliográficas das teses e dissertações adquiridas, pois muitas delas indicavam outros trabalhos defendidos na área. Realizou-se, também, uma busca avançada por meio da utilização dos termos “mulheres rurais e “relações de gênero”, priorizando o recorte temporal de 2004 a 2018. Foram localizados 38 trabalhos e selecionados 19 (50%) para apreciação.

A fim de apresentar uma breve descrição sobre a forma como tem sido tratado o tema da mulher camponesa agricultora, sob a ótica do empoderamento e das relações de gênero no meio rural, são elencadas, por ordem cronológica, as produções pertinentes ao debate realizado neste estudo.

A tese de María Franco García, *A luta pela terra sob o enfoque de gênero. Os lugares da diferença no Pontal Paranapanema* (2004), defendida na Unesp, é uma das produções que serviu de base metodológica para outros estudos sobre o impacto das relações de gênero no meio rural. Nessa direção, a autora discute a diferença existente na reprodução das relações de gênero na luta pela terra, e as repercussões que essas relações promovem nas políticas públicas.

Berenice Gomes da Silva, em sua dissertação “A Marcha das Margaridas:

resistências e permanências” (2008), aborda a organização das mulheres trabalhadoras rurais em torno da Marcha das Margaridas, bem como trata da trajetória dessas mulheres. Objetiva analisar as relações de gênero dentro da marcha e os desdobramentos destas relações.

Já a tese de Emma Cadermatori Siliprandi (UNB), “Mulheres e Agroecologia: construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar” (2009), traz a análise, nos últimos 30 anos, dos percursos de vida de mulheres agricultoras ligadas a movimentos agroecológicos, ou seja, mulheres vindas de movimentos sociais com discursos alinhados à agroecologia.

Em “Ação política, Transformação Social e Reconstrução de Identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais” (2008), a tese de Elisabeth Ferreira da Cruz, traz como recorte as mulheres rurais que exercem militância política no Ceará, tendo em vista o processo de construção de suas identidades políticas.

A dissertação de Tatiana Faria de Jesus: “Trabalhadoras rurais em Feira de Santana: gênero, poder e luta no sindicato (1989-2002)”, defendida em 2009, examina a participação feminina no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana/BA. A partir do recorte temporal adotado, a autora analisa a mobilização e a atuação das mulheres no espaço sindical, focando na sua construção como sujeitos políticos. Nessa direção, a autora examina como se estabelecem as relações de poder e de gênero no interior da organização sindical, a fim de compreender o processo de conquista da diretoria sindical pelas mulheres e as mudanças provocadas a partir deste acontecimento. Somado a isso, o trabalho faz uma reflexão sobre a necessidade da presença feminina na gestão sindical e em cargos de chefia.

No tocante ao contexto gaúcho, Carolina Braz de Castilho Silva, na dissertação intitulada “Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul” (2009), faz um balanço sobre os efeitos da pluriatividade nas relações de gênero em famílias agricultoras em dois municípios do Estado, sendo eles Veranópolis e Salvador das Missões.

Na tese “Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero” (2010), Giovana Ilka Jacinto Salvaro, mostra a construção dos sujeitos políticos em lutas de gênero, dentro dos Movimentos de Mulheres Camponesas em SC (MMC/SC).

Na dissertação sobre a “Trajetória do movimento de mulheres camponesas no RS: da invisibilidade ao protagonismo das lutas sociais” (2011), Nilda Franchi, pela Unisinos, reflete sobre o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, sobre a organização política e a inserção nos espaços políticos, as transformações sociais e as intervenções na produção agrícola.

Adiliane Valéria Batista F. Da Silva, em sua dissertação “Terra de mulher: contradições que permeiam as relações de gênero e a titulação conjunta da terra no âmbito da agricultura familiar” (2011) aborda os avanços com relação ao direito de titulação conjunta da terra, analisando as relações no meio rural a partir da perspectiva de gênero, buscando compreender as diferenças no reconhecimento legal por parte do Estado.

Na UFBA (Universidade Federal da Bahia) pôde ser encontrada a produção de Ana Elizabeth S. S. de Siqueira, sob a orientação de Cecília Maria Bacellar Sardenberg, que trata sobre “Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano 1”, de 2014. O estudo investiga a participação das mulheres camponesas agricultoras na produção agrícola, com o objetivo de identificar em que nível de participação estão estas mulheres e de que forma essas funções auxiliam no empoderamento das mulheres agricultoras.

Já a tese “Cuidados, acolhimento e flores: empoderamento político de mulheres e desenvolvimento local no Rio Grande do Sul” (2015), de Olinda Barcellos, traz as trajetórias de empoderamento de mulheres e da sua construção como seres políticos, analisando como estas mulheres atuam politicamente no meio rural e exercem a sua representatividade.

Na categoria gênero e trabalho, foi selecionada a dissertação de Tatielle Belém Langbecker: “Trabalho e Gênero: mulheres na atividade pecuária familiar, no município de Encruzilhada do Sul” (2016). Nesse estudo, a autora tem por objetivo compreender as atividades femininas na pecuária em áreas rurais de Encruzilhada do Sul/RS, buscando entender as rotinas desenvolvidas por estas mulheres a partir da noção de divisão sexual do trabalho. Segundo a autora, pelo fato de a pecuária ser considerada uma atividade do homem (marido, pai, avô), para as mulheres praticar essa atividade é motivo de orgulho, pois, por questões culturais, ocupar uma posição masculina, reflete bem-estar e a possibilidade de se desprender do doméstico. Assim, a inserção das mulheres na atividade pecuária é percebida como exemplo de empoderamento.

Também sobre o sul do país, Karolyna Marin Herrera, em artigo intitulado “Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care” (2016), problematiza a situação de invisibilidade das mulheres no meio rural na Região Sul do Brasil.

Em dissertação que trata da “Ressignificação dos Papéis Sociais de Mulheres na Agricultura Familiar e de Base Agroecológica” (2016), defendida na UFSC, Nicole Fossile Alves analisa como a participação das mulheres nas produções agroecológicas redefine as relações de gênero e como o papel social da mulher, nesse meio, ressignifica o âmbito rural.

Renata Borges Kempf, em dissertação defendida na UFPR, “A fábrica das sete mulheres –gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar” (2017) propõe analisar como a organização social e econômica transformam as relações de poder, também analisa as relações de gênero na esfera pública e privada.

A tese de Rita de Cássia Maciazeki Gomes, “Narrativas de si em movimento: uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais no sul do Brasil” (2017) aborda discussões em torno da ação política das mulheres e das relações de gênero no meio rural, objetivando analisar a produção de subjetividades entre as mulheres agricultoras que participam de movimentos sociais na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Alexandra Filipak (UNESP), em sua tese “Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos” (2017), aborda as políticas públicas brasileiras para mulheres rurais a partir da inserção destas em movimentos sociais. Busca compreender a relação dessas políticas com perspectivas sobre gênero e classe, para assim apresentar o resultado de mudanças nas comunidades rurais, especialmente no que compete à autonomia dessas mulheres.

Ainda sobre os estudos que abordam as políticas públicas e as questões de empoderamento das agricultoras, pode ser citado o trabalho de Analisa Zorzi, na dissertação intitulada “Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí/RS” (2018). Nesse estudo, a autora avalia o PRONAF Mulher e a sua proposta de promover igualdade entre homens e mulheres no acesso a linhas de crédito voltadas à agricultura familiar. Nesse plano, o recorte de gênero é utilizado para salientar as diferenças no tocante ao acesso ao crédito entre homens e mulheres. Associado a isso, a autora enfatiza a importância dos projetos de financiamento rural para

possibilitar a independência da mulher agricultora.

Já na tese “Capital social, participação e cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero” (2018), Rossana Vitelli Martinez, explora as formas de participação política da população do campo em grupos, associações e mobilizações que interagem em bairros. A autora defende que a participação das mulheres torna-se fundamental na construção desses grupos e na geração de capital social.

Para além do exame de teses e dissertações, algumas publicações foram pertinentes a esta pesquisa, entre elas as de Anita Brumer, referência nos estudos de gênero e meio rural. Em 2004, a autora publicava, na Revista Estudos Feministas, o artigo “Gênero e Agricultura. Com o foco na situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”, a autora examina a inserção de mulheres e jovens na agricultura familiar. Por esse caminho, ela analisa a imigração por sexo, a divisão sexual do trabalho, o impacto da modernização no trabalho agrícola e também o acesso destas mulheres à previdência social. Antes disso, a autora publicava na Revista Sociologias, em 2002, um artigo sobre “Previdência social rural e gênero”, que influenciou muitos estudos da área. Nele a autora trata da evolução do sistema previdenciário rural no Brasil, priorizando o RS. São focos de sua atenção os avanços ocorridos no âmbito previdenciário para as trabalhadoras rurais, além de analisar o impacto social desses avanços na vida dos/as segurados. Em 2006, em artigo publicado pela Revista Nera: “Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)”, Anita Brumer e José Vicente Tavares dos Santos traçam um panorama dos processos sociais agrários no Brasil nas últimas décadas do século XX.

Também na discussão sobre gênero, cita-se o artigo de Celecina de Maria Veras Sales, sobre “Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos” (2007). Nesse trabalho, autora analisa a construção da mulher rural como sujeito político em sua luta por direitos, qual seja, na luta contra a invisibilidade de gênero. Nesses termos, ela considera inquestionável a importância da emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais para garantir a sua visibilidade como sujeito político.

Ainda em relação aos trabalhos acadêmicos aqui examinados é pertinente salientar o protagonismo que os estudos sobre mulheres camponesas possuem na Região Sul do país e, em particular, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As produções sobre o tema

aí localizadas, em dissertações de mestrado e teses de doutorado, abordam diferentes temáticas desde a perspectiva do associativismo, da luta pelos direitos das mulheres do campo e do empoderamento gênero.

3 EMPODERAMENTO DE GÊNERO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

A divisão sexual do trabalho em relação às mulheres, segmento que teoricamente ocupa a esfera privada, impõe a elas tarefas consideradas de natureza particular, especialmente no meio rural:

Nos assentamentos, enquanto os homens vão para a roça, as mulheres ficam em casa cuidando das atividades domésticas, tal como no processo de “socialização dos corpos”, identificado por Esmeraldo, em que o corpo masculino se estruturará no fora e no produtivo e “o corpo da mulher se socializará na casa, no uso de um tempo que parece se eternizar em um trabalho– o doméstico”, que a cada dia é retomado, em uma rotina e ordens constantes (ESMERALDO apud GONÇALVES, 2008, p. 6).

O trabalho executado pela mulher agricultora é considerado extensão de suas tarefas na esfera privada, ou seja, atividades não laborativas, sem colaboração direta na produção, “não-produtivas” (BRUMER; ANJOS, 2008) – tidas como parte dos cuidados da casa. Quando se fala sobre empoderamento, é inevitável não divergir quanto a estas concepções. Inevitável também, não negligenciar os papéis de gêneros quanto se aborda a organização social do meio rural.

Como bem ressaltou Engels, o sistema capitalista mantém sua vantagem ao fomentar as diferenças sociais. Todas as organizações sociais conhecidas, dentro dos países capitalistas, mantêm em comum desigualdades nas relações sociais e econômicas, que limitam ou impedem o acesso a bens e direitos básicos. A manutenção dessas disparidades fortalece o sistema e corrobora para a sua hegemonia e dominação. A divisão sexual do trabalho, tratada por Engels, está inserida na lista das disparidades mantidas pelo sistema, e é amplamente discutida por diversas autoras, quando ligada ao meio rural, onde essa divisão está fortemente enraizada. Tal divisão perpetua as diferenças entre os gêneros e contribui para a subjugação do feminino no meio rural:

A situação de opressão e subordinação da mulher no campo está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho. Esta diferenciação é condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar

(HERRERA, 2015, p. 2).

As tarefas delegadas à mulher, mesmo sendo laborais, são interpretadas como privadas e ligadas ao lar, uma extensão dos cuidados da casa. A execução e os tipos de trabalhos realizados por elas também são utilizados na sua hierarquização social, estando o homem em posição de destaque por executar o trabalho “pesado” e melhor remunerado. No caso, são consideradas laborais as tarefas executadas fora do lar. De acordo com um levantamento do IBGE, de 2014, apenas 26,9% das mulheres trabalhavam em atividades pecuárias, enquanto 14,3% trabalham nas lavouras. Já no trato de pequenos animais e aves a taxa é de 82%. Estes dados evidenciam a manutenção da clássica divisão sexual do trabalho. E não apenas isso, na maioria das vezes essa divisão responde pela concentração de mulheres em tarefas não remuneradas.

Assim, a visão do trabalho feminino como extensão das tarefas domésticas é parte da realidade campestre brasileira. Portanto, a agricultora ainda carece de ser reconhecida plenamente como trabalhadora e como cidadã. Paradoxalmente, ela labora tanto ou mais do que o homem, mas sem usufruir dos mesmos créditos ou benefícios. Ao lado disso, a literatura pertinente atribui à mão-de-obra feminina do campo um papel fundamental para o bom desempenho da agricultura, conferindo igual importância ao seu trabalho doméstico e papel reprodutivo.

Como visto antes, a delimitação dos papéis de gênero de modo binário, no meio rural, afeta diretamente a divisão de tarefas, o acesso à terra e a construção da mulher agricultora como ser social e político. Ainda assim, depois de um longo processo histórico de resistência das agricultoras, pode-se dizer que hoje elas constituem uma categoria política, mas que a necessidade de legitimar estas lutas permanece e é objetivo constante dos seus coletivos. Através da organização dessas mulheres e de seus coletivos, as suas demandas passam a integrar pautas políticas e assim, o reconhecimento de suas reivindicações começa a ser parte da realidade das agricultoras.

Nesse sentido, é importante considerar que parcela significativa das trabalhadoras rurais se identifica com o meio em que vive e nele se “inclui”. Ademais, elas têm noção de sua identidade e da importância de se organizar em coletivos e de serem reconhecidas como trabalhadora rural. E mais, elas entendem as precariedades do meio rural de modo a almejar a condição de sujeito político e de pleitear o poder de decidir sobre suas próprias agendas.

Também vale salientar que núcleos, grupos ou coletivos de mulheres trabalhadoras rurais são resultado das vivências das mulheres no meio rural, de diversas lutas e das descobertas da identidade de cada mulher como sujeito político.

A percepção das mulheres sobre o lugar atribuído a elas no espaço rural, qual seja, o da esfera privada, as colocam à frente da luta pela terra. Poderia ser questionado aqui se a essência dessa luta envolve aspectos do espaço doméstico. Isso porque ela engloba direitos da família, direito à alimentação básica e de qualidade, acesso à saúde e à educação. Não obstante, elas também direcionam reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho no campo. Tem-se, então, questões que há tempos foram levantadas por grupos de mulheres, independentemente de seus vínculos sociais, políticos ou religiosos.

Nesse âmbito, são inquestionáveis avanços nos processos de organização das mulheres camponesas, em especial naqueles ocorridos junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Nesse sentido, desde o início desse Movimento (1984) e graças a lideranças femininas as mulheres estiveram à frente na luta pela terra. E não apenas isso, as integrantes dessa organização também promoveram reformulações significativas na forma como as questões de gênero eram conduzidas nesse meio, como tratado adiante. Antes de adentrar nessa temática, cabe aqui um parêntese para focar a presença de duas mulheres que estão na origem do reconhecimento da figura feminina na luta pela terra.

3.1 ORIGENS: MARGARIDA ALVES E ROSELI NUNES

A Marcha das Margaridas é assim chamada em homenagem à Margarida Maria Alves (1943-1983), que foi trabalhadora rural e sindicalista influente em Alagoa Grande/ PA, casada e mãe de dois filhos. Ela se destacou pela militância política e social. Em sua trajetória foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, por 12 anos, também fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – voltado ao desenvolvimento da agricultura familiar e sustentável. A luta dessa sindicalista em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais gerou atritos com grandes proprietários de usinas de açúcar da região e com outros produtores locais. Margarida foi morta por um assassino de aluguel na porta de casa, em frente ao filho e ao marido, em 12 de agosto de 1983¹.

¹ Até o ano de 2018 nenhum dos responsáveis por essa morte foi punido.

A Marcha das Margaridas teve a sua primeira mobilização no ano 2000. A partir de então essa atividade continuou a ocorrer a cada quatro anos (2003, 2007, 2011 e 2015). A Marcha congrega mulheres em busca de direitos básicos, como alimentos de qualidade, acesso à terra, entre outras demandas. Traz ainda as pautas específicas de cada segmento social que compõe a Marcha: mulheres assentadas, camponesas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, assalariadas rurais, além de outras. A Marcha é uma das maiores mobilizações de mulheres da América Latina e representa a materialização de um processo de transformação dessas mulheres em sujeitos políticos. Tais manifestações também sinalizam para a legitimidade da sua luta, seja em razão do apelo popular seja pelo reconhecimento do Estado:

Nesse processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se transformando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política. É sobre uma dessas formas que trata o texto: a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, como se nomeiam, que ocorre a cada quatro anos na capital federal (AGUIAR, 2016, p. 2).

Esse tipo de ação coletiva é responsável pela criação de novas formas de fazer política e de inserir as demandas dessas mulheres no campo político. Além de lideranças marcantes como a de Margarida Alves, e de outras agricultoras assassinadas por conta da sua militância, um nome desponta na história da socialização da terra no Rio Grande do Sul, Roseli Nunes. Roseli ou Rose como gostava de ser chamada, chegou ao assentamento na fazenda Annoni (Pontão/RS) e deu à luz ao primeiro bebê nascido nesse local, seu filho Marcos Tiarajú. Apesar da sua condição de gestante e depois com um bebê, Roseli sempre esteve na linha de frente em protestos e enfrentamentos com a polícia.

Em 31 de março de 1987, durante uma dessas manifestação, um grupo de agricultores trancava uma rodovia próxima à Fazenda Annoni, quando um caminhão rompeu a barreira policial, atropelando Roseli e outros companheiros. Ela morreu aos 33 anos. O motorista negou as acusações de homicídio doloso, alegando que os freios do caminhão não funcionaram no momento do atropelamento. A história foi documentada por Tetê Moraes em dois documentários: “Terra para Rose” (1987) e “O Sonho de Rose” (1997). Se hoje a Fazenda Annoni conta com posto de saúde, escola, luz, água encanada e ainda abriga 420 famílias, pode-se dizer que isso resulta da luta de Roseli e de muitas mulheres agricultoras que permanecem no anonimato.

Relacionado esse ponto ao das mobilizações da Marcha das Margaridas, percebe-se a transformação da organização e da construção de discursos desses grupos de mulheres. Por meio de um alinhamento discursivo dos sujeitos políticos, as reivindicações passam para o plano de execução, transformando a área rural e promovendo uma mudança social, econômica e cultural, a partir da independência financeira da mulher agricultora. Dito isso e fechando o parêntese, direciona-se a atenção para os aspectos relacionados à formação do Movimento de Mulheres Camponesas

3.2 AGRICULTORA E CIDADÃ: O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

As mulheres sempre constituíram o braço forte na construção da esfera rural, e o seu papel ativo na agricultura do Brasil passou pela Colonização, Império e pelos períodos republicanos e ditatoriais, com presença constante na produção de alimentos. Tal participação resultou na reivindicação das mulheres pelo reconhecimento dos seus direitos como trabalhadora rural.

A partir do processo de abertura política “lenta e gradual” do Governo Geisel (1974-1979), durante a ditadura militar, os movimentos de mulheres passaram a ganhar força e visibilidade. No decorrer da década de 1980, igrejas – Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e pastorais da terra tiveram grande participação na organização de grupos do campo e da cidade (sindicalistas, trabalhadores rurais) agora com maior presença feminina. No caso dos movimentos sindicais e rurais, vale observar que as mobilizações não surgiram a partir deles, mas sim das ações das igrejas e pastorais. A religiosidade é uma característica comum na esfera rural, assim como nas comunidades menos favorecidas. Além do amparo, que deveria vir do Estado, essas igrejas utilizam-se de um discurso direto, claro e acessível a todas as camadas da população, propiciando a formação de diversos tipos de grupos que reivindicavam direitos.

Entende-se que a igreja seja tradicionalmente vinculada a questões da família e da vida privada, o que explica a extensa participação de mulheres nessas associações. Analisando a evolução destes coletivos, fica evidente a passagem da esfera privada para a pública, onde está a política. Quando ocorrem manifestações como a da Marcha das Margaridas, as mulheres posicionam-se como seres políticos e ocupam lugares antes essencialmente masculinos. Essas organizações de fundo religioso contribuíram para a formação das

organizações sindicais, alinhadas ao “novo sindicalismo”. Conforme Favareto (2006, p. 29), no final da década de 1970 surgiu um:

[...] vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados (AGUIAR apud FAVARETO, 2016, p. 5).

O novo sindicalismo nasceu em oposição ao sindicalismo burocrático e cerceado pela ditadura militar, para compor o cenário de formação dos grupos de mulheres. As primeiras reivindicações levaram os sindicatos e o Estado ao reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais. Nesse âmbito, a busca pela garantia de acesso a direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, tornou-se a característica principal da trajetória política das mulheres agricultoras. Para além destas demandas, a conquista do direito à documentação básica e acesso à terra, com a titulação conjunta do casal ou em nome da mulher chefe de família, envolvia a possibilidade de serem contempladas com benefícios provenientes da reforma agrária.

A partir dos anos 1980, intensificou-se a luta por direitos da mulher camponesa, na busca pela aquisição e a garantia de direitos trabalhistas, à propriedade, à documentação básica, entre outros. Estas lutas e as histórias dessas mulheres foram construídas a partir do alinhamento de seus discursos, criando vínculos e, conseqüentemente, formando-se como atores políticos, dando sentido às suas ações e representações sociais. Na década seguinte (1990), elas passaram a questionar, com mais ênfase, as questões ligadas às relações de gênero e a paridade entre os sexos nas decisões e posições dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Nesse contexto, foi trazida a discussão sobre gênero e equidade. Experiência que serviria de base para repensar as relações de gênero meio rural e a estrutura do Movimento. A sua organização em departamentos ou diretorias foi nascendo na medida em que as suas demandas surgiam dentro do movimento.

Até a criação do setor de gênero, departamento de destaque no MST, funcionaram, nessa estrutura, coletivos de mulheres. Nessa composição, como menciona “Christiane Campos, assentada do Rio Grande do Sul e coordenadora do Setor de Gênero do MST, ‘as mulheres têm sido 30% da direção nacional. Nos estados, isso varia muito, mas, em média, representam 40%’”. (BONFIN apud GONÇALVES, 2002, p. 4). Sendo assim, se for considerada a expressividade das mulheres dentro do movimento, cabe ponderar que a voz masculina prevalece mesmo no âmbito do MST.

Dentro dos núcleos rurais existem recortes de gênero importantes a serem observados. O meio rural ainda é um meio essencialmente patriarcal e conservador em todas as suas relações, como nas relações familiares desenvolvidas com base nessa estrutura. A representação política destes indivíduos é a extensão destas relações. São centenas de anos de trabalho rural feminino e somente há poucas décadas atrás, direitos fundamentais foram conquistados, depois de anos de exclusão do segmento feminino, que tem, no limite, expressões de subordinação das mulheres como a da violência de gênero.

A formação de movimentos de mulheres camponesas rompeu com o *status quo* de passividade e com a ideia genérica de seus lugares na sociedade rural e, por meio de reivindicações, conquistaram direitos básicos, não só para as mulheres, mas também a extensão destes aos seus filhos e filhas, conseguindo acesso a médicos e escolas.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) – antigo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) – criado em 2004, é talvez, uma das maiores expressões políticas do meio. Ele corresponde à unificação de diversos movimentos independentes de mulheres do campo, unidas pelas mesmas pautas e pelo reconhecimento em comum de seus membros como atores políticos. Uma questão importante é a definição dos termos camponesa e agricultora. Nesse sentido, Valdete Boni (2013) traz duas definições:

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida. As sociedades e comunidades tradicionais, nas quais se inserem os indígenas, os quilombolas, os sertanejos, os caiçaras, os caboclos, os extrativistas e, por fim, o campesinato em toda sua sociodiversidade, caracterizam-se pela sua dependência em relação aos recursos naturais. É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas que ali crescem ou os animais que por ali vivem – que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a outra. Assim se constrói “o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta da demais. Assim é o camponês brasileiro (BONI apud SILVA, 2013, p. 69).

A primeira definição é apresentada de forma explicativa, quase que como um “manual” da vida camponesa, descrito de uma perspectiva empírica. A outra definição vem do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e parte da premissa dos atores políticos e da organização destes indivíduos como categoria camponesa. O termo “camponês” abrange um leque maior de categorias de trabalho além do rural *stricto sensu*:

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que a mulher camponesa não produz. Neste sentido, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009).

O MMC serve como norteador na organização política camponesa, tendo enorme influência na organização das mulheres agricultoras, como se procura ressaltar neste estudo. É de grande importância essa organização, pois as formações semelhantes que a antecederam permitiram às mulheres agricultoras reconhecimento profissional e político. Um fator de destaque foi a conquista do direito à previdência social (1991). A conquista de direitos trabalhistas fundamentais legitima essa posição laboral, tão necessária à equidade de gênero no meio rural. Mesmo assim, vale ressaltar que ainda hoje o trabalho da mulher agricultora é visto como uma “ajuda”.

Referente ao acesso a direitos básicos, essa conquista garantiu a expansão da cidadania das mulheres agricultoras. Conquista forjada graças à sua formação e identificação como sujeitos políticos. Para além disso, como sustenta Bourdieu (1979), feitos dessa natureza transcendem a categoria da cidadania e permeiam a formação de um capital cultural próprio a esses grupos. Resulta daí o reconhecimento das demandas de gênero e a possibilidade de levar adiante o enfrentamento das diferenças e a defesa do princípio da igualdade de gênero, a partir da redistribuição econômica e da autonomia financeira das mulheres agricultoras.

3.1 LUTA PELA TERRA: DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil, em 2010. Durante seu segundo mandato, iniciou-se uma campanha para sua deposição, campanha hostil e misógina contra a figura de Dilma. A todo momento, grandes veículos midiáticos associavam dificuldades de oratória, “destemperos” e incapacidade de governar ao fato de Dilma ser mulher, estando na esfera errada, a esfera política, que não poderia ser ocupada por uma

mulher, muito menos no cargo de chefe da República.

O *impeachment* de 2016 é chamado de “golpe branco”, isto é, não houve confronto armado ou tanques nas ruas, e sim uma massa de brasileiros, que ocuparam grandes avenidas, parques em zonas nobres das cidades, bradando pelo fim da corrupção, quando na verdade estavam protestando contra tudo que havia sido feito até ali: cotas universitárias, aumento de renda para as camadas mais pobres, Bolsa Família, PROUNI, 13º salário para empregadas domésticas, investimento na agricultura familiar e tantas outras políticas públicas dos governos petistas.

Essas manifestações, embora “pintadas” como espontâneas e apartidárias, foram organizadas por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online entre outros, fomentadas por toda a mídia, com coberturas televisivas em tempo integral, enquadramentos de câmera que favoreciam o número de manifestantes, contrastando com as coberturas das manifestações contrárias ao *impeachment*.

O papel da mídia, como aponta Grijó, foi decisivo para a legitimação do golpe parlamentar que estava em curso:

É [...] importante sublinhar que isto se trata do movimento que os meios fazem em seu benefício, o que não significa que não encontrem contestação ou resistência. É assim que, quando no dia 15 de março de 2015, a manifestação que contou com a decisiva participação deles em sua arquitetura e convocação nas páginas dos seus jornais, telas de TV e aparelhos de rádio, o que foi depois por eles insistentemente apresentado como “movimento espontâneo organizado pelas redes sociais”, se caracterizou como uma espécie de espelho dos grupos socialmente dominantes. Tirando as faixas e cartazes de grupos organizados mais radicais que pregavam a subversão das instituições ou se apresentavam com *slogans* sexistas, de baixo calão, preconceituosos e etc., na maioria das vezes beirando o, senão cometendo, crime, os meios se esforçaram em mostrar atos carnavalizados, coloridos, bem-humorados, sem violência, quase ascéticos, impolutos (GRIJÓ, 2016, p.12).

Assim, ao votarem o *impeachment* na Câmara, e depois aprovarem no Senado, seus articuladores criaram uma atmosfera de legitimação nacional, de luta contra corrupção institucionalizada, e hoje percebe-se claramente a manipulação orquestrada pela mídia, grandes empresários e setores do governo.

A agenda liberal do governo Temer aprovou a extinção do Ministério da Agricultura e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, ocasionando um atraso sem precedentes no desenvolvimento rural. Com foco no ajuste fiscal, cortou gastos

com políticas básicas como educação, saúde, segurança e as políticas agrárias, numa tentativa de enxugar o aparelho estatal, prejudicando as minorias sociais e beneficiando as classes empresariais e ruralistas.

A reforma agrária sempre foi um tópico polêmico e de fato, nunca realizado por completo no Brasil. O meio rural permanece em situação de dificuldade na maior parte do país: falta de saneamento básico, difícil acesso à água e luz elétrica, violência e intimidações por parte dos grandes proprietários, trabalho escravo, etc. A partir de 2002, já no mandato do ex-presidente Lula, a agricultura familiar ocupou um espaço importante nas políticas referentes ao campo, com programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em que uma das políticas era a utilização de produtos provenientes da agricultura familiar na merenda escolar. O congelamento dos avanços nas políticas de gênero no meio rural, da possibilidade de reforma agrária e dos investimentos na agricultura familiar foram as primeiras medidas do governo antidemocrático de Michel Temer.

Algumas outras medidas do Governo foram o cancelamento do Edital de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Mais Gestão, que beneficiaria mais de 930 associações e cooperativas rurais, visando a otimização dos ganhos econômicos para organizações da agricultura familiar; e a intervenção nas atribuições do INCRA, sendo que todas as atribuições deste, como regularização de territórios quilombolas, assistência técnica e ordenamento da estrutura fundiária, foram retiradas desse departamento.

Resta claro, também, que o desmonte da CLT afeta diretamente a mulher agricultora, assim como outras reformas polêmicas, como o programa “Ponte para o Futuro”, que basicamente entrega o patrimônio público brasileiro às multinacionais. Todos esses retrocessos tendem a barrar o desenvolvimento social do país, especialmente no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de ontologias e ideologias políticas, o fenômeno do antipetismo foi essencial para um dos maiores retrocessos desde o início da década. Como citado no início desta pesquisa, os impactos na agricultura familiar foram profundos, bem como nas políticas trabalhistas e naquelas voltadas às mulheres. A atmosfera de desconfiança nas instituições democráticas e a falta de interesse pela política, pela associação aos males do país. Em 28 de outubro de 2018, o Brasil elegeu como presidente Jair Messias Bolsonaro, e com ele a sua cartilha conservadora, o que parece configurar uma ameaça de retrocesso ainda maior do que o ocorrido no governo de Michel Temer.

Os próximos anos, portanto, sinalizam para a provável estagnação nas conquistas das mulheres agricultoras e de outras minorias sociais. As articulações anteriores e perseguições políticas foram somadas, culminando num clima de instabilidade política e de violência relacionada à mesma, de uma forma que há muito não era visto no país. A primeira ameaça real ao estado democrático de direito, desde o final da ditadura em meados da década de 1980.

A partir do exposto neste trabalho, foi possível traçar uma linha exploratória sobre o objeto escolhido, com o subsídio de autores (as) importantes para abordar o tema em questão. Até agora, foi possível perceber o quanto a luta pela terra precisa avançar. Paradoxalmente, as percepções de gênero no meio rural permanecem profundamente enraizadas na cultura patriarcal, o que afeta diretamente o acesso das mulheres à terra.

Durante o levantamento bibliográfico para a construção deste trabalho, ficou evidenciado o aumento das avaliações sobre a temática da mulher agricultora, desde a perspectiva feminista e dos estudos de gênero. E isso se verifica especialmente no contexto acadêmico de Santa Catarina diante da quantidade de publicações sobre o assunto. Outro fato a considerar diz respeito ao fomento de publicações durante os governos petistas, principalmente as compiladas em coletâneas organizadas pelos extintos Ministério da Reforma Agrária e Secretaria de Política para as Mulheres, com o predomínio de publicações nas áreas da Sociologia, Economia e Desenvolvimento Agrário. Com a notícia das intenções do novo presidente eleito, de fundir o MDA ao Ministério do Meio Ambiente e diminuir ainda mais a representatividade das minorias sociais, o financiamento para produções dessa natureza tende a ser cada vez mais escasso.

Com relação às mulheres, temas como gênero, direitos e reconhecimento do trabalho como atividade laboral são unanimidade nas pesquisas. Esses trabalhos põem em evidência as diferenças de tratamento existentes entre homens e mulheres. Apesar disso, no tocante às bibliografias selecionada, observou-se que não foram exploradas temáticas raciais, direitos reprodutivos destas mulheres, sexualidade, homossexualidade e discussões sobre o entendimento dos conceitos de masculino e feminino.

É essencial que se estabeleça uma tradição de estudos da temática, sendo o Brasil um país em boa parte rural – no qual a exportação de produtos agrários ainda é a maior fonte de divisas para o país – e que permanece sem a realização de uma reforma agrária de base. A realidade rural requer estudos mais amplos, especialmente sobre as mulheres agricultoras e sobre as relações de gênero no contexto rural, para que seja possível, no momento da realização dessa “Reforma”, promover a equidade no acesso à terra.

Até o momento foram feitos apenas levantamentos bibliográfica, sem a realização de estudos empíricos. Sendo assim, o que se pode considerar então é que a luta feminina pela terra, pela transformação dos papéis de gênero, permanece. Nesse patamar, buscando educação igualitária para ambos os gêneros, acesso à saúde, o fim da violência de gênero, trabalho remunerado, autonomia econômica, empoderamento e o reconhecimento das trabalhadoras rurais como sujeitos políticos. No entanto, foi possível confirmar a questão de pesquisa proposta, de que mulheres estão historicamente posicionadas na esfera privada e que chegam à esfera pública a partir de sua organização em coletivos, grupos e movimentos que reivindicam direitos. Os textos acadêmicos pesquisados fornecem evidências em suas análises sobre os avanços sociais ocorridos no meio rural nas duas últimas décadas e sobre a importância dessas mudanças para tornar esse espaço mais igualitário.

Existem obstáculos à frente, necessidade de manter resistência e preservar as conquistas das mulheres, das agricultoras e das minorias sociais, de um modo geral. As produções acadêmicas são parte desse processo, da legitimação e da defesa dos avanços sociais promovidos nas duas últimas décadas. O pilar gênero–meio rural–feminismo necessita de investimento constante para a promoção da igualdade de gênero. Para tal seria oportuna a realização de estudos mais detalhadas a respeito das temáticas raciais, sobre direitos reprodutivos e sexualidade, ao lado de discussões sobre o entendimento dos conceitos de masculino e feminino, para que possam ser promovidas mudanças e políticas públicas mais abrangentes no campo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia V. P. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**. Florianópolis, Vol. 1, Edição Especial, 2016.

ALVES, Nicole F. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar e de base agroecológica**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167807>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BARCELLOS, Olinda. **Cuidados, acolhimento e flores: empoderamento político de mulheres e desenvolvimento local no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132940>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BONI, Valdete. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 34/35. 2013.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 30, nov. 1979.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. NEAD Debates (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 260 p.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, Ano 4, nº 7, p. 50-81 jan/jun 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente T. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista Nera**, Presidente Prudente Ano 9, n. 9 pp. 49-72 Jul.-dez./2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1432>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, nº. 12 pp. 6-17 Jan.-jun./2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

_____; ANJOS, Gabriele dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária**. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**. Sapere Aude – Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.12-16, 1º sem. 2015.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília: Ford Foundation, UNIFEM, CEPIA, 2006. v. 1, p. 186-230.

CRUZ, Elisabeth F. **Ação política, Transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais**. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1274>> Acesso em: 10 out. 2018.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **Empoderamento da Mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Editora UFRGS, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3. ed. Centauro Editora, São Paulo, 2001.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília-SP. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150147>>. Acesso em: 9 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCHI, Nilda. **Trajetória do movimento de mulheres camponesas no RS: da invisibilidade ao protagonismo das lutas sociais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuista.org.br/handle/UNISINOS/4260>>. Acesso em: 9 set. 2018.

GARCÍA, María F. **A luta pela terra sob o enforque de gênero**. Os lugares da diferença no Pontal Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102966/garcia_mf_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GOMES, Rita de C. M. **Narrativas de si em movimento uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais no sul do Brasil**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180436>>. Acesso em: 9 jul. 2018

GONÇALVES, Renata. (Re)politicando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul./Dez. 2009.

GRIJÓ, Luiz A. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, jul. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/64673/39212>> Acesso em: 30 jun. 2018.

HERRERA, Karolyna M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial: Dossiê Agricultura Familiar no Século XXI – 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208>> Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **O Papel das Mulheres na Agricultura Familiar**: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. 39º Encontro Anpocs, 2015. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt21/9640-o-papel-das-mulheres-na-agricultura-familiar-uma-analise-a-partir-da-perspectiva-da-multifuncionalidade-agricola/file>>. Acesso em: 11 set. 2018.

JESUS, Tatiana F. **Trabalhadoras rurais em Feira de Santana**: gênero, poder e luta no sindicato (1989-2002). 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9981/1/Dissertacao%20Tatiana%20Jesusseg.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

KEMPF, Renata B. **A fábrica das sete mulheres**: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/2371>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LANGBECKER, Tatielle B. **Trabalho e Gênero**: mulheres na atividade pecuária familiar, no município de Encruzilhada do Sul. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) UFRGS/FCE. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147431>>. Acesso em: 20 out. 2018

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2 (2000). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MARTINEZ, Rosana V. **Capital social, participação e cidadania no meio rural**: uma perspectiva de gênero. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS/IFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25405>> Acesso em: 9 ago. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **O legado de Roseli Nunes, um símbolo da luta pela terra no Brasil**. Matéria publicada em 31 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, 2000, p. 89-97.

MORISSAUA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, 28(1), 115-124, 2016.

SALES, Celecina M. V. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007, pp.437-443. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010/4264>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SALVARO, Giovana I. J.; LAGO, Mara C. S.; WOLFF, Cristina S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, 25(1), 79-89. 2013.

_____. **Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero**, 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94385>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995 [1988], pp. 71-99.

SILVA, Berenice G. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/949>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Resistências e lutas das mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11 & 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017.

SILVA, Carolina B. C. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22983>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SILIPRANDI, Emma C. **Mulheres e Agroecologia: construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5591/1/2009_EmmaCademartoriSiliprandi.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no Semiárido Baiano**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia: NEIM/UFBA, 2014. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2015%20mestrado%20UFBA%20Ana%20Elizabeth%20Siqueira.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

WOORTMANN, Hellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (Orgs.) **Margarida Alves: Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero**. Brasília/DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário, IICA, 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/8%20%20livro_Margarida_Alves_I_Colet%C3%A2nea_Sobre_estudos_Rurais_e_G%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulheres Ijuí/RS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15005>>. Acesso em: 02 nov. 2018.